



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA “STRICTO
SENSU”



DISCIPLINAS DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2018 – PPGH/UFG

1. João Alberto da Costa Pinto e Antón Corbacho Quintela – O intelectual e a política: perspectivas historiográficas e possibilidades de um roteiro teórico-metodológico (segunda-feira, vespertino)

O campo intelectual, os produtores culturais, as instituições e as classes sociais no capitalismo. O ensaio (Adorno) como prática historiográfica. Um recorte temático: o intelectual e a derrota política. Roteiro teórico-metodológico para uma história campo institucional dos intelectuais/produtores culturais: Karl Mannheim, Lucien Goldmann, Russel Jacoby, João Bernardo, Pierre Bourdieu, Itamar Even-Zohar, John B. Thompson e Arnaldo Cortina. Roteiro conceitual: produtores culturais, polissistemas literários, intelectuais; ideologias; instituições; máximo de consciência possível, mercado editorial; estruturas significativas; visões de mundo; campo literário; habitus; totalidade histórica; história intelectual, entre outros. Ensaísmo experimental: o intelectual e a política – possibilidades historiográficas em alguns estudos de caso: 1) Albert Camus (1911-1960/ Argel – Paris), a política libertária do “homem revoltado” e a solidariedade dos exilados do mundo capitalista; 2) Frantz Fanon (1925-1961/ Argel – Túnis), “somos todos negros” ou a revolução africana para além do mundo capitalista; 3) José Velo Mosquera (1916-1972/ Celanova – São Paulo), o exílio ibérico no Brasil e os interesses da CIA; 4) Álvaro de las Casas, (1901-1950/ Ourense – Barcelona), “fazer-se um nome”: estratégias de inserção de um exilado no campo da cultura brasileira; 5) Gilberto Freyre (1900-1987/ Recife – Lisboa), a “utopia” lusotropicalista para “o mundo que o português criou”; 6) Nelson Werneck Sodré (1911-1999 / Rio de Janeiro), a derrota do realismo político do militar-comunista na defesa radical do nacionalismo democrático; 7) José Casais Santaló, (1894-1971/ Santiago de Compostela – Juiz de Fora, MG), a divulgação no exterior, ao serviço do DIP, das representações sobre o Brasil desejadas pelo Estado Novo; 8) A Editora Irmãos Oriente – Taylor Oriente e José Modesto Oriente (1950-1960/ Goiânia), campo editorial privado e poder público no estado de Goiás na segunda metade do séc. XX.

2. Ulisses do Vale – Narrativa em (de) tempos de crise (terça-feira, vespertino)

O curso pretende explorar as variações semânticas do conceito de crise em manifestações culturais da modernidade tardia que tomaram a forma de “narrativas”. R. Koselleck, submetendo a palavra “crise” à história dos conceitos, percebe algumas ressignificações fundamentais que o termo, em seu sentido original, sofreu através de diferentes usos que lhe foram impingidos. Originalmente, “crise” era um termo médico

que dizia respeito ao estado crítico e limiar de uma doença e sua instalação num corpo. No período moderno o termo sofreu algumas ressignificações fundamentais, primeiro através de sua utilização como metáfora e, em seguida, de sua relativa autonomização e transformação num conceito eminentemente temporal, no sentido de que oferece uma certa temporalização da história, dividindo-a em intervalos temporais mais ou menos bem delimitados. A desnaturalização do conceito de crise, assim alcançada por Koselleck, permitiu que se vislumbrasse o conceito de crise como tendo se transformado numa importante categoria filosófico-histórica do período moderno. Em consonância aos estudos de Koselleck, Charles Bambach nota como a palavra “crise” se dissemina nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX como um termo associado a um particular quadro ou horizonte de ideias que se deixa resumir em três conceitos fundamentais: de uma maneira geral, o termo crise se associava ao relativismo e ao niilismo decorrentes da autoconsciência filosófica do historicismo. Foi a própria constituição de uma visão de mundo essencialmente histórica, que passa a encarar todos os fenômenos do mundo como “em devir” e para a qual o devir se torna a única realidade, que engendrou, tanto no campo cognitivo, como no campo moral e daí para diversas esferas da cultura, a noção de que todo valor, incluindo o Bem e a Verdade, são relativos a seu tempo e lugar, a seu contexto, e são, por isso, essencialmente efêmeros, provisórios, arbitrários. O propósito da disciplina consiste em analisar “narrativas de crise” no contexto destacado por Bambach e enfatizar os elos de uma consciência de crise com as consequências relativistas e niilistas do historicismo. Tais narrativas, que, em geral, se expressam como uma reflexão sobre o ocaso de uma época e começo conturbado de um novo tempo, serão assim pensadas como documentos históricos que expressam uma certa “consciência de crise”, dirigida para diversos setores da cultura: a moral, a política, o conhecimento, a arte. O foco da atenção se dará sobre textos clássicos do pré-guerra e do entreguerras, trazendo à luz as conexões entre uma consciência de crise neles expressa, por um lado, e a referência a implicações de teor de relativista, niilista ou historicista como fundamento velado dessa “consciência de crise”, por outro. A seleção dos textos-documentos atendeu, principalmente, a dois critérios: o direcionamento da reflexão para um específico setor da cultura, por um lado, e a representatividade do texto no âmbito dos temas em questão. Nietzsche foi um dos primeiros autores a elevar o termo niilismo a conceito filosófico e a vinculá-lo de maneira explícita à intensificação da consciência histórica no período moderno. Daí a escolha de sua Segunda Consideração Intempestiva e de trechos de A Vontade de Poder, ambos os textos preñhes de expressões que conectam um diagnóstico de crise com o historicismo e com o niilismo. No campo das artes, em particular, a disciplina lidará com trechos de As Flores do Mal, de Baudelaire, assim como com os manifestos de algumas das mais representativas vanguardas europeias quando o assunto diz respeito à expressão de uma “consciência de crise”, como é o caso dos manifestos futurista, dadaísta e surrealista, escritos por Filippo Marinetti, Tristan Tzara e André Breton, respectivamente. Em todos eles aparece com variado grau de clareza uma “consciência de crise” votada ao mundo da “representação” e das formas artísticas. No campo da ciência e da filosofia, a conferência pronunciada por Max Weber em 1917, intitulada Ciência, expõe também de maneira contundente uma consciência de crise votada ao racionalismo científico como um todo, ameaçado não apenas pela guerra em curso e seus já visíveis resultados catastróficos, mas pela própria dinâmica da especialização científica e seu paradoxal “progresso”. Em paralelo ao texto de Ciência como Vocação e Profissão, também abordaremos trechos de A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental, de Edmund Husserl, em que também transparecem de maneira direta um diagnóstico de “crise” das ciências em conexão com as consequências relativistas do historicismo. No campo da política, o

mesmo Max Weber pronunciaria, em janeiro de 1919, após, portanto, a derrota da Alemanha na guerra, *Política como Profissão e Vocação*, radicalizando uma consciência de crise que, em função da guerra, já estava instalada no campo da política desde a Revolução Francesa e seus desdobramentos em todo continente europeu. No campo mais geral da cultura, *Mal-estar na Cultura*, publicado por Freud em 1930, e trechos de *O Declínio do Ocidente*, que Spengler publicou em 1922, trazem à tona, através de perspectivas completamente distintas, um diagnóstico de esgotamento da compatibilidade dos valores ocidentais modernos com a sanidade de indivíduos e com a sanidade da própria civilização ocidental. No campo da moral, dois autores, que elaboram leituras díspares e mesmo antagônicos do contexto da Segunda Guerra Mundial, farão parte dos textos a serem analisados, de modo a encerrá-la com essa discussão. São *O Mito de Sísifo*, e *O Homem Revoltado*, de Albert Camus, e *Nas Sombras do Amanhã*, de Johann Huizinga.

3. Francesco Guerra - Liberdade, Estado e Subjetividade no pensamento político ocidental entre a modernidade e a idade contemporânea (quarta-feira, matutino)

Esta disciplina pretende examinar as principais etapas do processo de formação do pensamento político europeu, partindo do humanismo político de Nicolau Maquiavel e Francesco Guicciardini, passando depois para o período fundamental da Reforma e para os escritos políticos de Martinho Lutero e Erasmo de Roterdã, daí o nascimento do pensamento político utópico com os escritos de Thomas More. O estudo da primeira modernidade será central para mostrar a formação da relação entre subjetividade política e Estado, assim como, posteriormente, entre Antigo Regime e Iluminismo na França. A partir daqui será abordada a questão ligada à relação entre história e política em três diferentes contextos europeus: França, Itália e Escócia. Uma relação, aquela entre a história e a política, que forma a base de desenvolvimentos sucessivos no pensamento político europeu, que serão analisados a partir de três linhas principais, tais como: a dialética entre razão e revolução, a filosofia do direito de Hegel e o retorno a ordem após a experiência da Revolução Francesa. Além disso, dentro desta disciplina, um amplo espaço será dado ao estudo das várias doutrinas políticas liberais afirmadas no pensamento político europeu, em particular, mas não apenas, na segunda metade do século XIX e principalmente na França, Alemanha e Inglaterra. A reconhecida centralidade desses três Países deriva do fato de proporem diferentes soluções liberais, resumidas em duas expressões, que serão aprofundadas durante as aulas: 'liberdade pelo Estado' (Inglaterra e parcialmente França) e 'liberdade no Estado' (Alemanha e parcialmente a França). Uma vez mostrada a centralidade do conceito de liberalismo, em suas diferentes formas, serão examinados também os conceitos de socialismo e de democracia, destacando os elementos de continuidade existentes entre eles, assim como as diferenças, e o papel que desempenharam dentro da dialética entre a liberdade, a ideia de Estado e a formação da atual subjetividade política. Finalmente, a última parte da disciplina enfocará o pensamento anarquista de acordo com uma leitura destinada a mostrar suas possíveis contribuições dentro da dinâmica política moderna, bem como, por outro lado, seus insuperáveis elementos utópicos. Partindo da reflexão da Escola Austríaca de Economia, esta última parte também se estenderá às traduções, por assim dizer, heterodoxas do anarquismo, concentrando-se nas principais tendências do assim chamado 'anarco-capitalismo' de matriz estadunidense, ao qual será dedicado um aprofundamento de estudo ad hoc.

4. Ivan Lima - Temas em história da edição, dos impressos e da leitura na Modernidade (quarta-feira, vespertino)

Nos marcos da história cultural e das práticas letradas, a história editorial consolida-se como campo de estudos privilegiado para o estudo do livro, das impressões e da leitura. Há vasta produção bibliográfica de âmbito internacional, ao ponto de alguns temas clássicos no interior da historiografia – Humanismo, Reforma Protestante, Revolução Francesa, censura em regimes autoritários etc. – serem marcados por obras que tomam o mundo dos impressos como objeto central para a construção de problemas de caráter histórico. Além disso, ao priorizar a análise de todas as etapas concernentes à elaboração, produção e circulação de impressos, a história editorial e dos impressos introduz novas questões a temas como autoria, recepção e ideologias, entre outras, contribuindo ao debate teórico e historiográfico de maneira decisiva. O curso busca abordar alguns temas relacionados a tal universo, conciliando algumas questões de âmbito historiográfico (Unidade I) a um breve panorama da história dos impressos a partir da Época Moderna (Unidade II). Num terceiro momento, discutir-se-ão a materialidades do livro (Unidade III) e, por fim, uma reflexão sobre as possibilidades de pesquisa em torno dos impressos a partir de alguns estudos de caso (Unidade IV).

5. Cristina de Cássia P. Moraes – Histórias Conectadas no Império Português do setecentos (quinta-feira, matutino)

As diversas tendências teórico-metodológicas da produção do conhecimento histórico a partir do encontro resultante entre os indígenas, africanos e os portugueses, que se fizeram refletir nas maneiras de governar e de administrar os sertões daqui e d'alem mar, no setecentos. Análise das reflexões historiográficas referendadas em “histórias conectadas” e nas dinâmicas de mestiçagens como campo de observação. Mundialização Ibérica em regiões, reinos europeus, vários continentes, num aglomerado jurisdicional, contábil, fiscal e de corpus social.

6. Ana Teresa Gonçalves Marques e Luciane Omena – Cidades dos Vivos e Cidades dos Mortos no Mediterrâneo Antigo (quinta-feira, vespertino)

O Mediterrâneo Antigo era repleto de cidades. Uma das principais formas de integração do território no Império Romano foi a fundação de novas comunidades ou a transformação das aldeias já existentes em povoamentos romanizados. Cada cidade acabava por construir uma necrópole, pois era fundamental que os corpos e/ou as cinzas dos familiares ficassem próximos dos membros vivos das famílias para que os ritos funerários nunca deixassem de ser conduzidos. Os romanos acreditavam que as almas dos corpos insepultos ou das tumbas abandonadas voltavam ao mundo dos vivos para fazerem mal aos mesmos. As cidades eram os pólos de administração imperial. Cada província tinha uma sede cidadina que interligava todas as outras comunidades ao poder romano. Cada província contava com um Governador, escolhido pelo Senado, se fossem províncias pacificadas, ou pelo Imperador, se fossem províncias nas quais existissem exércitos estacionados. Estes Governadores iam para as províncias devidamente acompanhados de Pretores Peregrinos, Questores, entre outros assessores, que os auxiliavam a manter a integração do território imperial. Muitos destes acabavam enterrados nestas paragens. As necrópoles romanas acolhiam tanto túmulos para corpos que eram inumados, quanto columbários para as urnas das cinzas e dos

ossos dos corpos que eram cremados. Assim, estudar as cidades dos vivos e dos mortos torna-se fundamental para o conhecimento do Império Romano.

7. Raquel Campos – Literatura e Historicidade (quinta-feira, vespertino)¹

O curso inscreve-se nos debates recentes sobre a relação entre história e literatura, procurando ultrapassar os dois modos preferenciais segundo os quais ela foi considerada. Por um lado, tradicionalmente, os historiadores lançaram mão dos textos literários como fonte histórica, tendo suscitado acusações de negligenciar a especificidade da literatura, sua relativa independência face ao seu contexto de produção. Por outro, a partir do final da década de 1960, a ênfase no caráter textual do conhecimento histórico conduziu à aproximação entre narrativa histórica e narrativa literária, levando os historiadores a defender a relação privilegiada da história com a verdade, por meio de sua dependência aos arquivos. Neste curso, trata-se de discutir a historicidade da literatura enquanto prática social e modo de qualificação dos textos, isto é, o fato de que o conceito moderno de literatura apenas emergiu na segunda metade do século XVIII, em ruptura com um regime retórico-poético de produção, circulação e apropriação dos textos. Definem-se, desse modo, quatro eixos de estruturação da disciplina: 1). A literatura antes da literatura; 2). A concepção moderna de literatura; 3). A função autor; 4). O romance, um gênero literário.

¹ Esta disciplina terá início no dia 23 de agosto de 2018.